



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Contabilidade

Caderno de Prova, Cargo 18, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Instruções: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

A eterna juventude

Conforme a lenda, haveria em algum lugar a Fonte da Juventude, cujas águas garantiriam pleno rejuvenescimento a quem delas bebesse. A tal fonte nunca foi encontrada, mas os homens estão dando um jeito de promover a expansão dos anos de “juventude” para limites jamais vistos. A adolescência começa mais cedo – veja-se o comportamento de “mocinhos” e “mocinhas” de dez ou onze anos – e promete não terminar nunca. Num comercial de TV, uma vovó fala com desenvoltura a gíria de um surfista. As academias e as clínicas de cirurgia plástica nunca fizeram tanto sucesso. Muitos velhos fazem questão de se proclamar jovens, e uma tintura de cabelo é indicada aos homens encanecidos como um meio de fazer voltar a “cor natural”.

Esse obsessivo culto da juventude não se explica por uma razão única, mas tem nas leis do mercado um sólido esteio. Tornou-se um produto rentável, que se multiplica incalculavelmente e vai da moda à indústria química, dos hábitos de consumo à cultura de entretenimento, dos salões de beleza à lipoaspiração, das editoras às farmácias. Resulta daí uma espécie de código comportamental, uma ética subliminar, um jeito novo de viver. O mercado, sempre oportunista, torna-se extraordinariamente amplo, quando os consumidores das mais diferentes idades são abrangidos pelo denominador comum do “ser jovem”. A juventude não é mais uma fase da vida: é um tempo que se imagina poder prolongar indefinidamente.

São várias as conseqüências dessa idolatria: a decantada “experiência dos mais velhos” vai para o baú de inutilidades, os que se recusam a aderir ao padrão triunfante da mocidade são estigmatizados e excluídos, a velhice se torna sinônimo de improdutividade e objeto de caricatura. Prefere-se a máscara grotesca do botox às rugas que os anos trouxeram, o motociclista sessentão se faz passar por jovem, metido no capacete espetacular e na roupa de couro com tachas de metal.

É natural que se tenha medo de envelhecer, de adoecer, de definhar, de morrer. Mas não é natural que reajamos à lei da natureza com tamanha carga de artifícios. Diziam os antigos gregos que uma forma sábia de vida está na permanente preparação para a morte, pois só assim se valoriza de fato o presente que se vive. Pode-se perguntar se, vivendo nesta ilusão da eterna juventude, os homens não estão se esquecendo de experimentar a plenitude própria de cada momento de sua existência, a dinâmica natural de sua vida interior.

(Bráulio Canuto)

1. A frase em que se representa o aspecto central do tema desenvolvido ao longo do texto é:
 - (A) (...) *haveria em algum lugar a Fonte da Juventude* (...)
 - (B) (...) *um tempo que se imagina poder prolongar indefinidamente.*
 - (C) (...) *tem nas leis do mercado um sólido esteio.*
 - (D) (...) *uma sábia forma de vida está na permanente preparação para a morte* (...)
 - (E) (...) *medo de envelhecer, de adoecer, de definhar, de morrer.*

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. A convicção dos antigos gregos, segundo o autor do texto, era a de que os anos da velhice constituiriam a fase mais proveitosa da vida.
 - II. O culto da juventude acaba impedindo que muitos velhos tirem melhor proveito dos atributos naturais de sua idade e de sua experiência de vida.
 - III. O autor do texto revela algum otimismo quando se refere a *uma ética subliminar* e a *um jeito novo de viver*.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

 - (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

3. Considerando-se o contexto, expressões como *máscara grotesca* ou *metido no capacete espetacular* acentuam
 - (A) o artificialismo do *obsessivo culto da juventude*.
 - (B) a importância da *"experiência dos mais velhos"*.
 - (C) a cautela da *permanente preparação para a morte*.
 - (D) a valorização do *presente que se vive*.
 - (E) a atração pela *dinâmica natural* da vida interior.

4. Quanto ao emprego e à forma ortográfica das palavras, a frase inteiramente correta é:
 - (A) Obsecado pelo mito da eterna juventude, o homem contemporâneo não deixaria de viver as experiências de que cada fase da vida se constitui naturalmente?
 - (B) Na expressão *sólido esteio* indica-se o papel que se atribue o mercado junto a quem ansia pelo desfrute eterno da juventude.
 - (C) Quem idolatriza a juventude acaba por não viver plenamente os encantos que nos propiciam as outras fases da nossa vida.
 - (D) Quando se vive o que é extemporâneo em relação às experiências determinadas pela natureza, deixa-se de usufruir os encantos de cada idade.
 - (E) Se apraz a um surfista valer-se da linguagem que compartilha com outros jovens, por que haveriam as velhinhas de dissimular a que lhes é própria?

<p>5. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Atribuíam-se às águas da Fonte da Juventude o poder de rejuvenescimento de quem delas se servisse.</p> <p>(B) Quanto mais tende a ganhar expansão os limites da juventude, mais tendem os homens a subestimar a experiência dos mais velhos.</p> <p>(C) Preconceitos contra os velhos sempre houveram, sobretudo a partir da excessiva valorização dos atributos da juventude.</p> <p>(D) Não se condenem os moços por essa idolatria que, embora os favoreça, não nasce como iniciativa deles.</p> <p>(E) Destacam-se entre as conseqüências dessa idolatria a exclusão dos velhos, injustamente vistos como improdutivos.</p>	<p>10. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O autor não deixa de considerar algo ridícula a preocupação que têm alguns senhores sexagenários de se fazer passar por jovens motociclistas.</p> <p>(B) Muitas vezes os comerciais de TV privilegiam a imagem dos jovens, em detrimento de como os velhos deveriam agir conforme sua idade.</p> <p>(C) Dentre o culto da juventude inclui-se também o do corpo, haja visto como proliferam as academias de ginástica tanto como as cirurgias corretivas.</p> <p>(D) Como sempre acontece, os antigos gregos fornecem razões de sabedoria para quem imagine que viver bem significa igualmente antepor-se à morte.</p> <p>(E) Se não ocorresse tamanha abstenção dos valores da velhice, certamente os dotes da juventude seriam valorizados à medida em que fossem oportunos.</p>
<p>6. A construção que admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) São inúmeras as conseqüências dessa idolatria.</p> <p>(B) As leis do mercado favorecem esse culto da juventude.</p> <p>(C) A juventude deixou de ser uma fase da vida.</p> <p>(D) Resulta disso tudo uma espécie de código comportamental.</p> <p>(E) Cresce a olhos vistos a oferta de produtos associados à juventude.</p>	<p>11. Está adequada a correlação entre tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Há em algum lugar a Fonte da Juventude, cujas águas garantirão pleno rejuvenescimento a quem delas viria a beber.</p> <p>(B) Seria natural que tivéssemos medo de envelhecer, mas não que reagíssemos à lei da natureza com tantos artifícios.</p> <p>(C) Caso se quisesse valorizar o presente que se vive, uma forma sábia de vida poderá ser a permanente preparação para a morte.</p> <p>(D) Terão sido várias as conseqüências dessa idolatria, entre elas a de que a “experiência dos mais velhos” iria para o baú de inutilidades.</p> <p>(E) Tornara-se um produto rentável, que se multiplicasse incalculavelmente e vai da moda à indústria química.</p>
<p>7. <i>Conforme a lenda, haveria em algum lugar a Fonte da Juventude, <u>cujas águas garantiriam pleno rejuvenescimento a quem delas bebesse.</u></i></p> <p>Pode-se substituir corretamente o segmento sublinhado, sem prejuízo para o sentido da frase acima, por:</p> <p>(A) onde suas águas garantiriam pleno rejuvenescimento a quem lhes bebesse.</p> <p>(B) de cujas águas se garantiria pleno rejuvenescimento a quem nelas bebesse.</p> <p>(C) em que suas águas garantiriam pleno rejuvenescimento quem delas bebesse.</p> <p>(D) em cujas águas estaria a garantia de pleno rejuvenescimento para quem delas bebesse.</p> <p>(E) de cujas águas estaria a garantia de pleno rejuvenescimento para quem lhes bebesse.</p>	<p>12. A juventude é um tempo <u>que se imagina poder prolongar indefinidamente.</u></p> <p>É possível uma nova redação da frase acima, em que persista a correção formal e a coerência das idéias, substituindo-se o segmento sublinhado por:</p> <p>(A) do qual se imagina poder um prolongamento indefinido.</p> <p>(B) cuja imaginação se pode prolongar indefinidamente.</p> <p>(C) em cujo prolongamento indefinível se pode imaginar.</p> <p>(D) pelo qual imagina-se uma prolongação indefinida.</p> <p>(E) que nos é dado imaginar como indefinidamente prolongável.</p>
<p>8. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) Não há uma razão <u>única porque</u> se explique essa idolatria.</p> <p>(B) Muitos se perguntam <u>porquê</u> ocorre esse culto obsessivo.</p> <p>(C) E esse culto obsessivo da juventude, ocorre <u>por quê?</u></p> <p>(D) Diga-me <u>porque</u> ocorre tamanha idolatria dos jovens.</p> <p>(E) O <u>por que</u> desse culto obstinado deve ser buscado nas leis do mercado.</p>	<p>13. Está inteiramente correta a pontuação da frase:</p> <p>(A) A adolescência hoje, não apenas começa mais cedo, como também ameaça não terminar nunca indo até a velhice.</p> <p>(B) O mercado que tem leis tão oportunistas quanto implacáveis, sabe como alimentar essa idolatria, e tirar dela todo o proveito.</p> <p>(C) Deve-se destacar entre as conseqüências geradas por tal idolatria, o fato de que, a experiência dos mais velhos já não goza de prestígio.</p> <p>(D) Atualmente, aqueles que, por qualquer razão, não se dediquem ao culto da eterna juventude acabam sendo estigmatizados.</p> <p>(E) Julga o autor do texto que, o natural medo de envelhecer, de adoecer e o morrer esteja na raiz mesma, desse culto obsessivo do “ser jovem”.</p>
<p>9. No segundo parágrafo, a expressão <i>vai da moda à indústria química</i> tem, no contexto, o sentido de:</p> <p>(A) abrange ora a moda, ora a indústria química.</p> <p>(B) inclui a moda conquanto a indústria química.</p> <p>(C) deixa a moda para abranger a indústria química.</p> <p>(D) leva a moda para a indústria química.</p> <p>(E) se estende da moda à indústria química.</p>	

14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) E o adulto de hoje, por que não o (**demover**) desse culto obstinado as evidências do tempo inexorável?
- (B) As mudanças que esse culto (**ter**) trazido vêm afetando profundamente nosso modo de ser.
- (C) Não se (**imaginar**) que os efeitos desse culto sejam rapidamente eliminados.
- (D) Não (**caber**) aos mais velhos alertar os mais jovens sobre a ilusão dessa suposta juventude eterna?
- (E) Não se (**propor**) aos jovens que esqueçam, mas que relativizem os prazeres intrínsecos da juventude.

15. Está inteiramente correta a redação da frase:

- (A) É menos preferível a máscara de botox do que as rugas que acarretam o tempo.
- (B) Não são de se aceitar que as razões do mercado preponderem sempre.
- (C) Não se pergunta por que caberia aos jovens a exclusividade das virtudes.
- (D) A velhice não era imputada pelos gregos como um mal da natureza.
- (E) Conquanto prazerosos, não se imaginem eternos os anos da juventude.

16. No esquema abaixo tem-se o algoritmo da adição de dois números naturais, em que alguns algarismos foram substituídos pelas letras A, B, C, D e E.

$$\begin{array}{r} A\ 1\ 4\ B\ 6 \\ +\ 1\ 0\ C\ 8\ D \\ \hline 6\ E\ 8\ 6\ 5 \end{array}$$

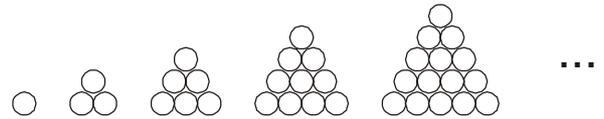
Determinando-se corretamente o valor dessas letras, então, $A + B - C + D - E$ é igual a

- (A) 25
- (B) 19
- (C) 17
- (D) 10
- (E) 7

17. Considere que a seqüência (C, E, G, F, H, J, I, L, N, M, O, Q, ...) foi formada a partir de certo critério. Se o alfabeto usado é o oficial, que tem 23 letras, então, de acordo com esse critério, a próxima letra dessa seqüência deve ser

- (A) P
- (B) R
- (C) S
- (D) T
- (E) U

18. Considere que a sucessão de figuras abaixo obedece a uma lei de formação.



O número de circunferências que compõem a 100ª figura dessa sucessão é

- (A) 5 151
- (B) 5 050
- (C) 4 950
- (D) 3 725
- (E) 100

19. Sobre os 55 técnicos e auxiliares judiciários que trabalham em uma Unidade do Tribunal Regional Federal, é verdade que:

- I. 60% dos técnicos são casados;
- II. 40% dos auxiliares não são casados;
- III. o número de técnicos não casados é 12.

Nessas condições, o total de

- (A) auxiliares casados é 10.
- (B) pessoas não casadas é 30.
- (C) técnicos é 35.
- (D) técnicos casados é 20.
- (E) auxiliares é 25.

20. Certo dia, três técnicos distraídos, André, Bruno e Carlos, saíram do trabalho e cada um foi a um local antes de voltar para casa. Mais tarde, ao regressarem para casa, cada um percebeu que havia esquecido um objeto no local em que havia estado. Sabe-se que:

- um deles esqueceu o guarda-chuva no bar e outro, a agenda na pizzaria;
- André esqueceu um objeto na casa da namorada;
- Bruno não esqueceu a agenda e nem a chave de casa.

É verdade que

- (A) Carlos foi a um bar.
- (B) Bruno foi a uma pizzaria.
- (C) Carlos esqueceu a chave de casa.
- (D) Bruno esqueceu o guarda-chuva.
- (E) André esqueceu a agenda.

<p>21. O poder segundo o qual faculta ao Administrador Público dar ordens e fiscalizar o seu cumprimento; delegar e avocar atribuições, além de retirar do servidor a possibilidade de atuar politicamente, diz respeito ao poder</p> <p>(A) discricionário.</p> <p>(B) disciplinar.</p> <p>(C) regulamentar.</p> <p>(D) hierárquico.</p> <p>(E) de polícia.</p>	<p>24. A administração Pública contratante pode rescindir unilateralmente o contrato administrativo, exceto na hipótese de</p> <p>(A) haver razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento.</p> <p>(B) ocorrer atraso injustificado do início da obra, serviço ou fornecimento.</p> <p>(C) não haver liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, nos prazos contratuais.</p> <p>(D) dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.</p> <p>(E) subcontratação total ou parcial do seu objeto, não prevista no edital e no contrato.</p>
<p>22. A respeito dos princípios informativos da Administração Pública, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a autotutela decorre do próprio princípio da legalidade, pois deve a Administração Pública controlar a legalidade dos atos praticados, podendo anular aqueles editados com vícios, independentemente do Poder Judiciário.</p> <p>(B) o princípio da moralidade administrativa exige que o agente público aponte os fundamentos de fato e de direito nas suas decisões e atos.</p> <p>(C) há proibição de constar nome, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção de agentes públicos na divulgação de obras ou serviços públicos.</p> <p>(D) o interesse público tem supremacia sobre o interesse individual, devendo ser observado seja na elaboração da lei, seja quando da sua execução pela Administração Pública.</p> <p>(E) o princípio da publicidade exige da Administração Pública ampla divulgação dos seus atos, mas é admissível o sigilo nas hipóteses legais.</p>	<p>25. Em relação aos impedimentos e suspeição que podem ocorrer nos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Está impedido de atuar em processo administrativo o servidor ocupante de cargo de direção ou de assessoramento.</p> <p>(B) Não é possível arguir a suspeição de servidor que tenha inimidade notória com algum interessado.</p> <p>(C) Não está impedido de atuar em processo administrativo o servidor que tenha interesse indireto na matéria.</p> <p>(D) O servidor que esteja litigando administrativamente com o interessado não é considerado impedido, mas suspeito.</p> <p>(E) O servidor que venha a participar como testemunha ou perito é impedido de atuar em processo administrativo.</p>
<p>23. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até</p> <p>(A) sessenta dias, sem prejuízo da remuneração, que poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.</p> <p>(B) sessenta dias, com prejuízo da remuneração, que não poderá ser prorrogado, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.</p> <p>(C) sessenta dias, sem prejuízo da remuneração, que poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, exceto se não estiver concluído o processo.</p> <p>(D) noventa dias, sem prejuízo da remuneração, que não poderá ser prorrogado, findo o qual cessarão os seus efeitos, exceto se não estiver concluído o processo.</p> <p>(E) noventa dias, com prejuízo da remuneração, que não poderá ser prorrogado, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.</p>	<p>26. Na Organização dos Poderes, estabelece a Constituição da República do Brasil que</p> <p>(A) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e dos Municípios, eleitos segundo o princípio proporcional.</p> <p>(B) cada Senador será eleito com três suplentes.</p> <p>(C) a representação dos Municípios e do Distrito Federal no Senado será renovada de dois em dois anos, alternadamente por dois e um terços.</p> <p>(D) cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.</p> <p>(E) o Congresso Nacional compõe-se de representantes eleitos pelos sistema majoritário, em cada Município e no Distrito Federal.</p>

27. Quanto às alterações trazidas pela Emenda Constitucional, nº 45 de 08/12/2004, no Capítulo reservado às disposições gerais do Poder Judiciário, considere as assertivas abaixo.

- I. O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- II. É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- III. A distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.
- IV. Os servidores não poderão receber delegação para a prática de atos de administração e de mero expediente, ainda que sem caráter decisório.
- V. Lei Federal, de iniciativa do Chefe do Executivo ou do Legislativo, disporá sobre o Estatuto da Magistratura Nacional e Estadual.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e V.
- (E) I, II e III.

28. Analise as seguintes assertivas sobre os Municípios.

- I. O número de Vereadores será proporcional à população do Município e poderá variar entre o mínimo de nove e o máximo de cinquenta e cinco.
- II. Os subsídios dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa do Prefeito Municipal, observadas as demais exigências Constitucionais.
- III. Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- IV. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de quatro por cento da receita do Município.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

29. No que concerne aos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, é certo que

- (A) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, onze juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (B) compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente os juizes federais da área de sua jurisdição, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- (C) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (D) os Tribunais Regionais Federais não poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais.

- (E) aos juizes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica, sociedade de economia mista e empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

30. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, no prazo de

- (A) dez dias contados da posse.
- (B) quinze dias contados da posse.
- (C) quinze dias contados da diplomação.
- (D) trinta dias contados da posse.
- (E) trinta dias contados da diplomação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Considere as afirmativas abaixo.

- I. O campo de aplicação da Contabilidade Pública limita-se aos órgãos da Administração Direta dos Governos Federal, Estadual e Municipal.
- II. O campo de aplicação da Contabilidade Pública limita-se aos órgãos e entidades integrantes do Orçamento fiscal, da Seguridade Social e Investimentos.
- III. O campo de aplicação da Contabilidade Pública limita-se aos órgãos e entidades integrantes do Orçamento fiscal e da Seguridade Social.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

32. São considerados Bens Públicos:

- (A) apenas os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- (B) apenas os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- (C) apenas o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- (D) os de uso comum, os de uso especial e os dominicais.
- (E) apenas os de uso especial e os dominicais.

33. Conforme artigo 2º, da Lei nº 4.320/64, a Lei do Orçamento deverá obedecer os princípios da

- (A) Anualidade, Universalidade e Unidade.
- (B) Atualização Monetária, Consistência e Materialidade.
- (C) Entidade, Continuidade e Oportunidade.
- (D) Oportunidade, Prudência e Competência.
- (E) Objetividade, Prudência e Continuidade.

34. A lei que regula os projetos governamentais, com existência temporal superior a um exercício financeiro, denomina-se

- (A) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) Lei de Diretrizes e Bases.
- (C) Plano Diretor.
- (D) Lei Orçamentária.
- (E) Plano Plurianual.

35. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, autorização específica presente

- (A) no Plano Plurianual.
- (B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) na Lei Orçamentária.
- (D) no Cronograma de Desembolso.
- (E) na Lei de Diretrizes e Bases.

36. A Lei Orçamentária anual se divide em

- (A) 2 orçamentos: Fiscal e Seguridade Social.
- (B) 2 orçamentos: Receita e Despesa.
- (C) 3 orçamentos: Fiscal, Seguridade Social e Investimentos.
- (D) 3 orçamentos: Receita, Despesa e Investimentos.
- (E) 5 orçamentos: Receita, Despesa, Fiscal, Seguridade Social e Investimentos.

37. No Orçamento Público é proibido constar

- (A) a contratação de pessoal sem a realização de concurso público.
- (B) o início de programas ou projetos incluídos na lei orçamentária anual.
- (C) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) a instituição de fundos com prévia autorização legislativa.
- (E) a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

38. O conjunto de operações de natureza contínua, necessárias à manutenção da ação governamental denomina-se

- (A) operação especial.
- (B) projeto.
- (C) programa.
- (D) atividade.
- (E) função.

39. O instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos, pretendidos pela administração, recebe o nome de

- (A) função.
- (B) programa.
- (C) operação especial.
- (D) ação.
- (E) subfunção.

<p>40. A realocação na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para o outro, denomina-se</p> <p>(A) reprogramação. (B) transferência. (C) remanejamento. (D) transposição. (E) suplementação.</p>	<p>46. Considere as seguintes despesas:</p> <p>I. Aquisição de títulos representativos de capital de empresas ou entidade de qualquer natureza, desde que não importe constituição ou aumento de capital.</p> <p>II. Constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.</p> <p>III. Aquisição de imóveis considerados necessários para realização de obras.</p> <p>Classifica-se como Inversão Financeira APENAS a despesa especificada em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) III e I.</p>
<p>41. A transposição que é a realocação de recursos no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão, deverá ser autorizada por meio de</p> <p>(A) portaria. (B) ato Administrativo. (C) resolução da Câmara Municipal. (D) decreto do Poder Executivo. (E) lei específica.</p>	<p>47. Serão classificadas, como Transferências Correntes, as dotações para:</p> <p>(A) manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender as obras de conservação e adaptação de bens imóveis.</p> <p>(B) despesas as quais não correspondam contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.</p> <p>(C) planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.</p> <p>(D) despesas as quais correspondam contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.</p> <p>(E) investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços.</p>
<p>42. De acordo com o artigo 41, da Lei nº 4.320/64, os créditos adicionais classificam-se em:</p> <p>(A) extraordinários, suplementares e especiais. (B) ordinários, extraordinários e suplementares. (C) correntes e de capital. (D) financeiros, patrimoniais e orçamentários. (E) modificativos, mistos e compensativos.</p>	<p>48. Gastos com Pensionista, Material Permanente e Concessão de Empréstimos classificam-se, respectivamente, como:</p> <p>(A) Despesas de Custeio, Inversões Financeiras e Investimentos. (B) Transferências Correntes, Investimentos e Transferências de Capital. (C) Despesas de Custeio, Transferência de Capital e Investimentos. (D) Transferências Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras. (E) Despesa extra-orçamentária, Transferências de Capital e Despesas de Custeio.</p>
<p>43. Os créditos suplementares e especiais, de acordo com o artigo 42, da Lei nº 4.320/64, serão autorizados por lei e abertos por</p> <p>(A) Portaria do Executivo. (B) Decreto Executivo. (C) Ato Administrativo. (D) Instrução Normativa. (E) Resolução do Poder Legislativo.</p>	
<p>44. Entre os recursos considerados disponíveis para a abertura de créditos adicionais, desde que não comprometidos, encontra-se</p> <p>(A) o superávit econômico. (B) o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício, em que ocorrer abertura do crédito. (C) o excesso de arrecadação. (D) a anulação total ou parcial de arrecadação. (E) o produto de operações de antecipação da receita orçamentária.</p>	
<p>45. A receita pública, de acordo com a Lei nº 4.320/64, será classificada nas seguintes categorias econômicas:</p> <p>(A) Receitas Correntes e Receitas de Capital. (B) Receitas Orçamentárias e Extra-orçamentárias. (C) Receitas Financeiras e Patrimoniais. (D) Receitas de Custeio e Investimentos. (E) Receitas Tributárias e Receitas de Capital.</p>	

<p>49. No Orçamento Público, a discriminação da despesa será feita no mínimo por</p> <p>(A) Categorias Econômicas. (B) Modalidades de Aplicação. (C) Subelementos. (D) Fontes. (E) Elementos.</p>	<p>55. Os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte serão demonstrados no Anexo denominado</p> <p>(A) Balanço Patrimonial. (B) Balanço Financeiro. (C) Balanço Compensado. (D) Boletim de Caixa e Bancos. (E) Fluxo de Caixa.</p>
<p>50. O ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, denomina-se</p> <p>(A) lançamento. (B) arrecadação. (C) cobrança judicial. (D) cobrança administrativa. (E) liquidação.</p>	<p>56. O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI foi concebido para se estruturar por exercícios: cada ano equivale a um sistema diferente. Por sua vez, cada Sistema está organizado em subsistemas que atualmente são em número de</p> <p>(A) 21 (B) 19 (C) 15 (D) 10 (E) 5</p>
<p>51. Na execução da despesa, o ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, denomina-se</p> <p>(A) liquidação. (B) pagamento. (C) reserva. (D) contingenciamento. (E) empenho.</p>	<p>57. O documento utilizado no SIAFI, para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública Federal, é denominado Nota de:</p> <p>(A) Crédito. (B) Dotação. (C) Empenho. (D) Despesa. (E) Lançamento.</p>
<p>52. A fase da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, denomina-se</p> <p>(A) pagamento. (B) fixação. (C) previsão. (D) liquidação. (E) empenho.</p>	<p>58. Para registro no SIAFI, as informações orçamentárias elaboradas pela Secretaria de Orçamento Federal, ou seja, dos créditos previstos no Orçamento Geral da União (OGU) deverá ser utilizado o documento:</p> <p>(A) Nota de Lançamento. (B) Programação de Desembolso. (C) Cronograma Orçamentário. (D) Nota de Dotação. (E) Guia de Dotação Orçamentária.</p>
<p>53. As receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas, serão demonstradas no balanço</p> <p>(A) Financeiro. (B) Patrimonial. (C) Orçamentário. (D) Econômico. (E) Consolidado.</p>	<p>59. Entre os principais documentos utilizados na execução financeira do SIAFI, figura a Nota de</p> <p>(A) Lançamento. (B) Financeira. (C) Desembolso. (D) Crédito. (E) Pagamento.</p>
<p>54. As alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e a indicação do resultado patrimonial do exercício serão evidenciados no Anexo denominado</p> <p>(A) Demonstrativo da Gestão Fiscal. (B) Balanço Patrimonial. (C) Balanço Financeiro. (D) Relatório Resumido da Execução Orçamentária. (E) Demonstração das Variações Patrimoniais.</p>	<p>60. Quando ocorrer a anulação de um empenho, no exercício da sua emissão, a importância anulada será</p> <p>(A) considerada receita orçamentária. (B) revertida à dotação. (C) contabilizada como uma variação ativa, resultante da execução orçamentária. (D) classificada como uma insubsistência passiva. (E) registrada como uma receita extra-orçamentária.</p>